

Mensuração a valor justo das atividades do voluntariado em conformidade com a ITG 2002 e NBC TG 46

VANESSA VIEIRA PIMENTEL *Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: vanessav.pimentel@hotmail.com*

ANA LÚCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS *Doutora em Serviço Social pela UFPE. Professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e na UFPE. E-mail: ana.vasconcelos@mackenzie.br*

153

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar a seguinte problemática-tema: qual seria o efeito monetário, mediante a mensuração do valor justo dos serviços prestados voluntariamente, perante uma entidade sem fins lucrativos, se tais serviços fossem contratados e não voluntários. Elaborou-se um estudo de caso utilizando-se do método científico dedutivo por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre terceiro setor, trabalho voluntário e mensuração a valor justo. Para a consecução do objetivo, foi necessária a mensuração a valor justo dos serviços prestados voluntariamente na entidade Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer de Pernambuco (GAC-PE), com base nas orientações da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 e da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Técnica Geral (TG) 46. O resultado da pesquisa revelou que, mediante a aplicabilidade do valor justo a cada hora trabalhada, se a entidade não possuísse o voluntariado, esta teria um déficit financeiro no exercício demonstrando um efeito negativo e de grande impacto no resultado da instituição. Tal efeito traz a relevância do voluntariado para com a instituição, bem como a relevância da mensuração tendo em vista a ampla visão que proporciona, auxiliando na estratégia e tomada de decisões da entidade.

PALAVRAS-CHAVE

Entidade sem finalidade de lucros. Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002. Mensuração a valor justo. Trabalho voluntário. *Stakeholders*.

INTRODUÇÃO

A incapacidade de atendimento do Estado aos direitos fundamentais do cidadão e o crescimento gradativo da comunidade levaram a população e as entidades privadas a criar alternativas para assistir os necessitados, e foi sob a perspectiva de assistência social à comunidade que surgiram as organizações de caráter não lucrativo, chamadas em geral de entidades sem fins lucrativos (ESFL). Três pilares são fundamentais para o entendimento do funcionamento dessas entidades: a expressão (denominação), a não lucratividade e os fins institucionais. Embora a nomenclatura seja utilizada para denominar que são entidades fora do âmbito estatal e do mercado que objetivam lucro, isso não reflete por si só o que são capazes de realizar e a efetiva função que desempenham contemporaneamente nos contextos social, econômico e político (OLAK; NASCIMENTO, 2010). Quanto ao caráter não lucrativo, isso não as isenta de possuir rentabilidade, uma vez que tal característica se baseia no fato de não haver distribuição de recursos (remuneração) aos sócios; a rentabilidade é necessária para que os projetos se mantenham, as atividades tenham o crescimento desejado e a missão da instituição seja atingida, em suma para que tenha continuidade (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Apesar do crescimento gradativo de tais entidades, a sustentação destas no mercado depende de doações de terceiros, de parcerias com empresas e com o governo, e do auxílio de voluntários que possam doar o seu tempo de trabalho em prol do atendimento à comunidade. Para Olak e Nascimento (2010, p. 9), “As contribuições, doações e subvenções constituem-se nas principais fontes de recursos destas entidades em análise”. Sem tais peças, é pouco provável a permanência da entidade e o cumprimento de sua missão, uma vez que fica inviável a sustentação dos seus custos e das despesas operacionais por não possuírem um objeto passível de negociação pecuniária entre duas ou mais partes interessadas. Dessa forma, o estudo se inclinará a um dos pilares de sustentação das entidades sem fins lucrativos que é o serviço voluntário, definido, segundo a International Association for Volunteer Effort (Iave), como “serviço comprometido com a sociedade, baseado na liberdade de escolha. O voluntariado promove um mundo melhor e valor para toda a sociedade” (MARTINS, 2003, p. 2).

A ciência contábil, tendo como uma de suas atribuições o controle social, e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no âmbito de suas atribuições legais, estabeleceram normas de regulação e orientação do setor com a Interpretação Técnica Geral 2001 (ITG) – entidade sem finalidade de lucros – e a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Técnica Geral (TG) 46 – mensuração a valor justo –, trazendo as normatizações quanto a aspectos peculiares do terceiro setor e cessando assim o tratamento aleatório de alguns itens específicos como o voluntariado e a gratuidades, e incentivando a transparência e prestação de contas do setor. Em atendimento às exigências legais, como a necessidade de mensuração do voluntariado nas notas explicativas expressa na ITG 2002, esta pesquisa realizou uma abordagem teórica e prática por meio de um estudo de caso sobre o impacto financeiro na entidade, caso os serviços voluntários fossem pagos, mediante a mensuração do valor justo de cada um deles.

O estudo está estruturado da seguinte forma: uma introdução que aborda a relevância do tema para área contábil; o contexto e a realidade investigada, em que se descreve a justificativa da mensuração do trabalho voluntário; o diagnóstico da situação estudada; e, por fim, a proposta de intervenção seguida das referências.

CONTEXTO E A REALIDADE INVESTIGADA

O terceiro setor vem ganhando representatividade ampla no mercado atual globalizado por contribuir de forma significativa para o desenvolvimento social e econômico, ao promover atividades diversas, como educacionais, culturais, esportivas, de cunho social, entre outras. As entidades privadas, por sua vez, estão buscando a atuação nesse mercado por diversos motivos, e o setor vem crescendo nos últimos anos e décadas.

No Brasil, o Terceiro Setor, como na maioria dos países desenvolvidos ou emergentes, constitui-se em fenômeno mais recente, iniciado em algumas décadas passadas. O Estado percebe-se cada vez mais desprovido de condições de oferecer respostas ágeas e rápidas às demandas e necessidades da população,

enquanto as empresas, em época de alta competitividade, já se acostumaram a atuar de forma mais eficaz e eficiente, por meio do acúmulo do capital, utilizando experiências e conhecimentos inovadores, frente às questões sociais. O Mercado, até então distante e muitas vezes indiferente às questões de interesse público, passa a perceber a necessidade de um maior compromisso e responsabilidade social (ESPÍRITO SANTO, 2004, p. 44).

A fim de obter entendimento cronológico e conceitual do terceiro setor, é necessário o conhecimento dos dois setores anteriores a este. O chamado primeiro setor tem a finalidade de garantir as necessidades básicas da sociedade como previsto na Constituição Federal (CF), sendo o Estado o responsável por tais atribuições, administrando os recursos públicos (originários de arrecadações) para tal realização. O segundo setor é composto pelas entidades privadas que visam à obtenção do lucro oriundo das atividades por elas promovidas, seja indústria, comércio ou serviço, regidas pelo sistema capitalista. A expressão terceiro setor, para Fernandes (apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 3), “é a que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas para a produção de bens públicos”.

A literatura revelou que o terceiro setor nasceu da incapacidade do setor público de oferecer/garantir que serviços básicos fossem promovidos de forma a suprir as necessidades da sociedade. Para Colin (apud SOUZA et al., 2012, p. 1):

[...] o aumento das desigualdades sociais, catástrofes, criminalidade e outros fatos negativos, que se vivencia na atualidade, aliados a ineficiência do Estado em suas políticas públicas, tem levado a sociedade a ter iniciativas sociais na tentativa de preencher as lacunas deixadas pelo Estado.

Outro fator de bastante relevância é a burocratização dos órgãos públicos que retarda a realização do trabalho e a concretização das atividades a serem promovidas à população. Diante desse cenário, o setor

privado e a sociedade como um todo, aptos a vencer desafios, como a competitividade, começam a perceber e a levar em consideração a responsabilidade social, integrando-se assim a uma nova realidade: a promoção de atividades específicas (educação, assistência social, esportes, assistência social, entre outros) para o benefício da comunidade, a fim de que a necessidade fosse sanada e a desigualdade diminuída, não existindo interesse em transferência de propriedades ou qualquer tipo de ganho econômico ou financeiro para fundadores e/ou investidores. Nesse contexto, são chamadas em geral de entidades sem fins lucrativos.

Alguns desafios terão de ser enfrentados, e espera-se que a expansão e o fortalecimento do setor impulsionem sua superação. São alguns desses desafios:

[...] a produção e disseminação de informações sobre o Terceiro Setor (objetivos, estratégias de ação, possibilidades de engajamento, etc); a melhoria da qualidade e eficiência da gestão de entidades, projetos e programas sociais; a ampliação da estrutura de captação e garantia dos recursos necessários e a sustentabilidade das organizações da sociedade civil de caráter público, e; a criação de condições que sensibilizem e estimulem a participação voluntária da população (ESPÍRITO SANTO, 2004, p. 45-46).

Apesar dos desafios, o foco dessas entidades permanece o mesmo:

[...] todas as instituições sem fins lucrativos têm algo em comum: são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma e um adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada (DRUCKER apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 1).

A Lei n. 9.790/99, no artigo 1º, § 1º, considera sem fins lucrativos

[...] a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais

excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999).

Podem-se definir algumas características principais das entidades sem fins lucrativos, conforme ditam Olak e Nascimento (2010, p. 6):

O lucro não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais; seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais; o patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo; as contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais dessas entidades.

Um aspecto relevante para o estudo de voluntariado é demonstrado em uma pesquisa de 2011 realizada pelo Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial – CBVE (2012). Segundo essa pesquisa, houve um aumento do investimento das entidades privadas destinado a projetos e planejamentos de ações voluntárias em diferentes faixas. Na faixa de R\$ 10.000,00, houve um crescimento de 18,64%; na faixa de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00, houve uma variação positiva de 2,74%. Isso demonstra o interesse e comprova o investimento das entidades nesse tipo de programa. Outro resultado dessa pesquisa demonstrou por que as entidades estão buscando as ações voluntariadas:

[...] é o interesse pelo desenvolvimento social da comunidade localizada ao redor da companhia: 50,7%, índice superior à pesquisa anterior. Em segundo lugar, vem o desejo de a companhia ser vista também como socialmente responsável e, conseqüentemente, ter uma imagem forte para os públicos

interno e externo: 46,4%. A contribuição para uma cultura interna de cidadania, 43,5%, preocupação que até então não havia sido citada nas pesquisas anteriores, vem em terceiro lugar quando se trata de apontar as razões pelas quais as companhias incentivam ações voluntárias entre seus colaboradores (CONSELHO BRASILEIRO DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL, 2012, p. 15).

Esse é o panorama quando tratamos das ações voluntárias e essas são as medidas de gestão praticadas pelas entidades privadas. Para as entidades sem fins lucrativos, o voluntariado como estratégia de gestão já se direciona por outra vertente. O foco não é direcionado ao incremento de lucro para a entidade ou o melhor relacionamento com *stakeholders* e investidores. A estratégia de gestão diz respeito à manutenção/sustentação dos serviços voluntários na entidade, uma vez que grande parte das atividades é desenvolvida pelos voluntários, acarretando menores custos e gerando uma base sólida de mão de obra e a utilização das informações de mão de obra voluntária para as possíveis contingências na entidade, gerando informação útil para que decisões sejam tomadas.

Tais atividades/iniciativas do setor promovem na sociedade o desenvolvimento econômico e social, além de fortalecerem o relacionamento entre a entidade, a sociedade, o poder público. E os *stakeholders* são grupos de pessoas (não os acionistas) que influenciam o contexto operacional da entidade na busca pelo atingimento de seus objetos, retratando a importância destes na continuidade da companhia como um todo (COSTA; SILVA; GOMEZ, 2010).

Para o Estado, a cooperação das entidades do terceiro setor para o desenvolvimento econômico e social é um instrumento valioso, uma vez que, além dos benefícios gerados pela prestação dos serviços das atividades, é grande a importância econômica das entidades pela geração de empregos, renda e redução dos gastos públicos.

Os voluntários como um dos *stakeholders* fundamentais das entidades sem fins lucrativos são definidos como aquelas pessoas que se propõem,

por livre e espontânea vontade e sem cobrança pecuniária, a prestar determinado serviço em prol de um objetivo comum. Conforme o artigo 1º da Lei n. 9.608/98, serviço voluntariado é

[...] a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).

As ações do voluntariado para as entidades sem fins lucrativos são reconhecidas, contabilmente, como receitas, uma vez que atendem aos critérios contábeis destacados na Norma Contábil a seguir:

Segundo a NBC TG-Estrutura Conceitual, define-se receita como: receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais (BRASIL, 2011, p. 23).

Considerando o exposto, este estudo justifica-se pelo impacto econômico quando mensurado o valor das receitas renunciadas pelo serviço voluntário prestado nas entidades sem fins lucrativo, devendo ser evidenciado em notas explicativas e relatórios gerenciais, reconhecido como receita econômica, uma vez que contribui para o aumento de ativos ou diminuição de passivos dentro da entidade por não haver no fato o sacrifício de ativos financeiros. As receitas, por sua vez, têm um impacto direto no resultado contábil, econômico e financeiro. Por esse motivo, é de inestimável importância o reconhecimento de tais serviços, de forma que se evidenciem contabilmente sua relevância, o desempenho da entidade e as estratégias de gestão para melhor otimização dessas receitas. O não

reconhecimento traz para a entidade uma visão limitada e não reflete o sistema físico-operacional de cada atividade desenvolvida.

Dessa forma, o presente estudo se propõe a responder a seguinte questão problema: mediante a mensuração do valor justo dos serviços prestados voluntariamente, qual seria o efeito monetário perante a entidade sem fins lucrativos se tais serviços não fossem voluntários, mas contratados?

REVISÃO DA LITERATURA

HISTÓRIA DO VOLUNTARIADO NO BRASIL

As atividades voluntárias, que apresentavam nos seus primórdios características assistencialistas e filantrópicas, eram realizadas principalmente pela população abastada da sociedade:

[...] de acordo com levantamentos existentes, datam do século XVI, por meio da vinda dos jesuítas ao Brasil, as primeiras ações de natureza filantrópica, todas elas de caráter caritativo, não se diferenciando, portanto da forma padrão de atendimento característica de países de colonização católica (ESPÍRITO SANTO, 2004, p. 29).

A Igreja Católica era a maior responsável pelas entidades que, de alguma forma, prestavam assistência às comunidades carentes na forma de iniciativas cristãs e caritativas.

A influência religiosa era preponderante mediante as ideologias, os princípios e a fé cristã, conforme explica Hudson (1999, p. 6):

As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem doativos, voluntariamente, que eram colocados na mesa do Senhor para que os necessitados pudessem recebê-lo das mãos de Deus. Os primeiros legados foram autorizados pelo imperador Constantino I, no ano 231 d.C., possibilitando a doação de recursos para caridade. No mundo islâmico, a filantropia foi usada

para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de fundos de miséria também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta.

Os trabalhos voluntários assistenciais aconteciam muitas vezes em fundos de hospitais e em capelas. Hoje temos exemplos de repartições criadas pelas instituições religiosas que possuíam estreita relação com a questão assistencial, cada uma com finalidade bem definida, como as Santas Casas de datam da segunda metade do século XVI, tendo como exemplo a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo Bom Pastor, o Orfanato Santo Antônio, entre outros. Por muito tempo, essas repartições foram tidas como referência e como sustentação dos serviços básicos à comunidade. Naquela época, o voluntário teve fortes influências de caridade e religião, sem o aspecto e a definição dos dias de hoje.

Em meados de 1950, o Estado começou a ter uma maior intervenção nos aspectos sociais com uma proposta de promover padrões mínimos de serviços à sociedade, época chamada de Estado de Bem-Estar Social. Muito se explica em virtude do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Estado passa a assumir os hospitais, asilos e outros serviços, de acordo com Hudson (1999, p. 6):

Todavia, até 1948, as organizações voluntárias e de caridade permaneceram como as principais provedoras de serviços diretos. Hospitais voluntários e serviços para crianças e deficientes dependiam das organizações voluntárias. Entretanto, o provisionamento voluntário, como nos hospitais, estava sendo cada vez mais criticado, pela rivalidade entre as próprias instituições e pela inabilidade em propiciar serviços universais para todos, gratuitamente, nos postos de atendimento. À medida que as provisões do Estado aumentavam, o papel do setor voluntário era visto como complementar e não como um sistema paralelo, como tinha sido classificado anteriormente.

O terceiro estágio do voluntariado no Brasil, em meados de 1960 e 1970, denomina-se voluntário combativo. Por causa da ditadura militar,

houve a disseminação de diversos movimentos sociais, inclusive com a criação das primeiras organizações não governamentais (ONGs). Hudson (1999, p. 7) relata que o voluntário nessa fase começa a exercer influência novamente:

Essas novas oportunidades, juntamente com o desdobramento dos grandes fornecedores de serviços de saúde, educação e bem-estar social em organizações menores e mais independentes, estão contribuindo para o crescimento do setor. Muitas instituições que até alguns anos faziam parte do setor público estão se tornando mais próximas das organizações voluntárias financiadas pelo Estado. Colégios, escolas mantidas por doações e trustes de hospitais estão começando a se ver mais como organizações semi-independentes do terceiro setor do que parte do setor público.

Com o passar dos anos e a redemocratização, o trabalho voluntário toma força novamente com pensamentos políticos voltados aos direitos humanos, com mudanças no mercado de trabalho e redução da atuação do Estado. Depois do intervencionismo exacerbado do Estado e diante da necessidade de preencher as lacunas deixadas por este, as empresas privadas tiveram início na participação social com a criação de fundações, institutos, com a visão de corresponsabilidade. Atualmente, o voluntariado é visto como força intervencionista na sociedade, de forma a promover a cidadania e transformação social; trata-se de um voluntariado com característica menos filantrópica e mais profissionalizada.

Com esta visão, o trabalho voluntário significa o avanço da participação da sociedade civil para a solução de problemas públicos, ajudando, desta forma, a consolidar a democracia e a cidadania no país. Hoje, as antigas concepções de voluntariado como a caridade, o assistencialismo ou a militância política, estão sendo superadas por um entendimento de voluntariado como ação cívica engajada com a real transformação de nossa sociedade (AÇÃO VOLUNTÁRIA, 2016).

LEGALIDADE, MOTIVAÇÃO E PRERROGATIVAS DO VOLUNTARIADO NO BRASIL

O voluntariado foi regulamentado no Brasil a partir da Lei n. 9.608/98, dando-lhe expressividade, desenvolvimento e legalidade. A lei, no artigo 1º, dispõe de definição e disposições gerais do voluntariado, decretando, em seu parágrafo único, que não há, na relação entre a entidade e o voluntário, o vínculo empregatício, acarretando assim a dispensa das obrigações trabalhistas e previdenciárias, tudo isso em virtude da natureza e finalidade do trabalho prestado (BRASIL, 1998).

Um item de bastante importância na relação entre a entidade e o voluntariado está no termo de adesão que as partes terão de firmar, segundo o artigo 2º da referida lei. Nesse termo, deverá constar o regimento de todas as condições para o exercício do serviço de ambas as partes envolvidas, o que acertará na obrigação de cumprimento dos compromissos firmados.

Quanto ao aspecto pecuniário, a Lei do Voluntário prevê o reembolso de despesas que competirem para o desempenho das atividades voluntárias uma vez preestabelecidas e expressamente autorizadas, cabendo à entidade responsável o pagamento dessas despesas, conforme dita o artigo 3º: “o prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias”. Há ainda o parágrafo único: “as despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário”.

O marco no assunto de voluntariado foi a publicação da A/Res/54/17 na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1997, que declarou 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado. É notória a evolução teórico-conceitual e ideológica do tema, tendo em vista os valores, os princípios e a responsabilidade social que a resolução trouxe como foco de discussão. Dessa forma, proporcionou uma repercussão no mundo científico, além de gerar uma maior atenção das entidades privadas para esse tipo de serviço, estimulando a promoção de melhores políticas/práticas empresariais. A definição do voluntário que a A/Res. 52/17 ONU 2001 traz como

norteadora de que este pode ser um jovem ou adulto que, sem remuneração e de forma pessoal ou em função do espírito cívico, dedica parte do tempo para realizar uma série de atividades distintas para o bem-estar social e/ou outros campos.

Além da própria lei do voluntariado e das prerrogativas declaradas pela ONU, alguns princípios previstos na CF do Brasil incentivaram e incrementaram o voluntariado, como os princípios fundamentais de cidadania e dignidade da pessoa humana previstos no artigo 1º da CF. Já no artigo 6º da CF, os direitos sociais são estabelecidos: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e aos desamparados. Esses direitos também são norteadores e impulsionadores das entidades e da sociedade civil como um todo à prática do voluntariado.

Por trás de todo aspecto legal, existe uma razão, uma importância social, que justifica a prática do voluntariado. Para Corullón e Medeiros Filho (2002), existem três sentimentos que parecem estar acima dos fatores históricos para a realização do voluntariado: compaixão, solidariedade e indignação. A compaixão é vinculada a questões religiosas, a solidariedade está associada à ajuda ao próximo e a indignação é o desejo de mudança social. Essas razões estão, na maior parte das vezes, relacionadas a interesses individuais, de espontaneidade do particular, de formas tradicionais de ajuda. Esses aspectos individuais e essas formas de ajuda não podem ser confundidos com caridade, uma vez que se distinguem no fato de que, no voluntariado, há *feedback* para quem o exerce, há troca de experiências, crescimento, disseminação de conhecimento e, como função principal, a ação transformadora, que é o exercício próprio da cidadania. Já a filantropia/caridade é baseada apenas na doação, em que não há vínculo ou aprendizado. Quanto à diferenciação desses itens, Garay (2001, p. 12) afirma: “a responsabilidade social, por sua vez, diferencia-se da filantropia, uma vez que, para a primeira, há um compromisso com os resultados pretendidos, e não apenas uma doação compensatória”. De acordo com Grajew (2000), a prática da filantropia é importante e sempre traz algum tipo de conforto para os desvalidos, sobretudo num país de população tão carente como o

Brasil. Mas ela não é suficiente para substituir políticas públicas. Nos moldes em que é realizada, acaba se tornando um paliativo para o grave quadro social, porque, em muitos casos, não busca a continuidade das ações e se concentra, geralmente, em promoções episódicas, como campanhas de agasalho no inverno e arrecadações de brinquedos no período natalino.

A primazia que sustenta a prática do voluntariado, ou seja, o que o motiva é a propensão de transformação social, a emancipação da realidade da comunidade por meio do trabalho desempenhado, como explicado a seguir:

O voluntariado fortalece a confiança, a solidariedade e a reciprocidade entre os cidadãos, sendo capaz de transformar o ritmo e a natureza do desenvolvimento. O voluntariado cria oportunidades apropriadas para que os cidadãos participem nos processos de desenvolvimento. Por meio do voluntariado, mais pessoas participam no desenvolvimento em todos os níveis da sociedade, o que as empodera e fazem com que se interessem pessoalmente pelo futuro de seu país (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

As entidades possuem uma preocupação crescente por acreditarem no valor agregado que o voluntariado trará a elas, manifestando-a pelo fortalecimento da cultura corporativa, pela consolidação da imagem perante a sociedade e pelo fato de se tratar de uma política positiva aos olhos dos investidores externos.

As empresas que comprovam o compromisso com a responsabilidade social recebem a Certificação Internacional AS8000 – Responsabilidade Social como forma de destaque, reconhecimento e incentivo às práticas sociais. Para tal certificação de responsabilidade social, há uma exigência quanto ao conjunto de critérios que a identifica como empresa socialmente responsável. Esse contexto engloba um conjunto de práticas sociais e não apenas uma ação isolada.

O sucesso do voluntariado e a obtenção do objetivo final ao qual se pretende dependem de um planejamento sólido das atividades e temáticas relacionadas à prática voluntária chamado programa de voluntariado.

O programa consiste na definição da estratégia de atuação, no tempo das atividades a serem realizadas, bem como nos profissionais necessários, na medida de avaliação do trabalho voluntário, enfim, em todo o arcabouço necessário para que o exercício do voluntariado seja executado com eficiência, com base na competência da entidade. Segundo Goldberg (2001, p. 33): “o processo de elaboração de um programa de voluntariado empresarial é uma experiência bastante particular e depende muito das características de cada empresa”.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE PARA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO - NBC TG 46

O conceito de mensuração anteriormente descrito é encontrado no que chamamos de Norma Básica Contábil – a NBC TG Estrutura Conceitual aprovada e regimentada pela Resolução n. CFC 1.374/2011. Nessa norma, estão descritos os conceitos que fundamentam a elaboração das demonstrações contábeis e sustentam as demais normas específicas com os elementos fundamentais para a ciência contábil, conforme determina a Resolução CFC n. 1.374/2011 – NBC TG Estrutura Conceitual:

Mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção da base específica de mensuração (BRASIL, 2011, p. 28, item 4.54).

A mensuração consiste em elemento fundamental na elaboração da informação contábil, uma vez que determina monetariamente os itens patrimoniais e de resultado. Essa mensuração, revela a literatura, deve ser acurada em bases confiáveis, para que a evidenciação do item não esteja distorcida com a realidade, ou seja, tenha uma representação fidedigna (característica qualitativa fundamental da informação contábil). Segundo o item QC12: “Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *completa, neutra e livre de erro*” (BRASIL, 2011, p. 13).

Pode-se notar que valor justo não é expressamente dito nessa norma como uma das bases de mensuração. O valor justo é enquadrado dentro da base do custo histórico, pois utiliza-se dos mesmos requisitos, porém possui bases temporais distintas. O custo histórico toma como base o passado, o valor pago ou valor desembolsado na transação já realizada, e o valor justo é uma mensuração na qual o fato patrimonial ainda não incorreu e busca-se mensurar com base no que o mercado estaria disposto a negociar, caso a transação seja efetivada.

Segundo a Resolução CFC 1.428/2013, define-se como valor justo “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013, p. 4, item 9). Portanto, essa estimativa a valor justo apenas pode ser realizada para ativos e passivos da entidade por serem considerados como objetos primários da mensuração. Para que esse preço seja definido, é necessário que se utilizem as mesmas premissas que o mercado utilizaria, uma vez que o valor justo é uma avaliação de mercado (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013, p. 3).

Há presunção para que seja mensurado a valor justo um ativo ou passivo, a norma já referida esclarece que

[...] a mensuração do valor justo presume que o ativo ou o passivo é trocado em uma transação não forçada entre participantes do mercado para a venda do ativo ou a transferência do passivo na data de mensuração nas condições atuais de mercado (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013, p. 4, item 15).

Ou seja, apenas é mensurado quando as condições normais do mercado principal ao o ativo ou passivo pertence ou, quando na ausência do mercado principal, outro de melhores condições é imposto; isso se dá pelo fato de que deve ser avaliado pelo melhor mercado a fim de que não haja perda de valor agregado, de acordo com os itens 16 e 22 da Resolução CFC 1.428/2013.

Dessa forma, a mensuração a valor justo deve ser feita monetariamente dos ativos e passivos, utilizando-se de bases confiáveis, com a representação fidedigna da transação, de modo que seja mensurado o valor que o mercado principal está disposto para realizá-la, caso assim o fizesse.

Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002

A ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos foi aprovada pelo CFC por meio da Resolução n. 1.409/2012 com o caráter de uma interpretação técnica geral, não uma norma. Essa interpretação foi elaborada com o intuito de direcionar o público das entidades sem fins lucrativos quanto às particularidades dessa atividade segundo as novas diretrizes da contabilidade, em virtude da convergência aos padrões internacionais. Para efeito da referida interpretação, entidade sem fins lucrativos

[...] é aquela em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo, resultado proveniente da confrontação das receitas com as despesas, é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit (BRASIL, 2012).

O alcance consta nos itens 7 e 8:

7. Esta Interpretação destina-se a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Cultura, Previdência, Desenvolvimento Social e Combate a Fome e ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais.

8. Esta Interpretação aplica-se também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; as outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores, sendo, requisito básico, aglutinarem voluntariamente pessoas físicas

ou jurídicas, conforme o caso, unidas em prol de uma profissão ou atividade comum (BRASIL, 2012, p. 2).

A publicação da ITG 2002 teve impacto significativo nos registros contábeis de algumas atividades típicas das entidades, como o voluntariado, as gratuidades e as doações e subvenções. O item 20 trata do voluntariado: “o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro” (BRASIL, 2012), e é sob essa égide que as entidades devem registrar o trabalho voluntário, surtindo os seus efeitos legais perante a classe contábil e a sociedade.

O aspecto de grande relevância quanto ao reconhecimento e à mensuração do voluntariado diz respeito à divulgação do fato operacional perante a sociedade e os investidores. A NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução CFC n. 1.374/2011 revela a importância da divulgação com fidedignidade do relatório contábil-financeiro, e para as entidades sem fins lucrativos o critério permanece.

A elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro que seja relevante e que represente com fidedignidade o que se propõe representar auxilia os usuários a tomarem decisões com grau de confiança maior. Isso resulta em funcionamento mais eficiente dos mercados de capitais e em custo menor de capital para a economia como um todo. O investidor individual, o credor por empréstimo ou outro credor também se beneficiam desse processo por meio de decisões assentadas na melhor informação (BRASIL, 2011, p. 16, item QC37).

Por causa da divulgação e fidedignidade da informação, o voluntariado deve ser reconhecido conforme orienta a ITG 2002 e publicado nas entidades que utilizam tal recurso como corpo das atividades operacionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é descritiva e refere-se a estudo de caso. Nessa tipologia, os fatos são observados, registrados e analisados sem a interferência do

pesquisador, descrevendo o objeto de pesquisa. Para Crizotti (apud BARROS; LEHFELD, 2007, p. 112):

171

Caracteriza o estudo de caso como uma modalidade de estudo nas ciências sociais, que se volta à coleta e ao registro de informações sobre um ou vários casos particularizados, elaborando relatórios críticos organizados e avaliados, dando margem a decisões e intervenções sobre o objeto escolhido para a investigação – uma comunidade, organização, empresa, etc.

MÉTODO DE PESQUISA/ABORDAGEM

O método da pesquisa é a forma que será utilizada para explicar o fato estudado. O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o dedutivo, em que se parte da premissa da lei ou do assunto já existente (chamado de geral) para explicar o fato estudado (chamado de particular). De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 110), “partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”. O objeto de estudo em questão foi aprofundado por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, periódicos, teses, leis e *sites* eletrônicos, visando identificar as orientações, limitações, estatísticas de estudos anteriores por meio de uma leitura crítica e direcionada.

DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi delimitada na instituição Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer de Pernambuco (GAC-PE). Instituída como entidade sem fins lucrativos, com utilidade pública federal, estadual e municipal e com inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica).

O GAC-PE foi criado em março de 1997 por um grupo de pessoas: profissionais, voluntários e estudantes da Universidade de Pernambuco (UPE), além de pais de pacientes que, visando agregar qualidade ao atendimento existente, pensaram em organizar um grupo de ajuda que desse suporte a

esses pequenos pacientes e suas famílias. A missão da instituição é: promover a melhoria da qualidade de vida, a minimização do sofrimento, a elevação da autoestima e a inserção na sociedade de crianças e adolescentes com câncer atendidos no Centro de Onco-hematologia Pediátrica (CEONHPE)/Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc) e dos seus familiares, pautados por valores como: respeito, transparência, competência e compromisso.

COLETA DE DADOS

O estudo foi realizado tomando como base o balanço social de 2012 publicado no campo de prestação de contas, no *site* da entidade (www.gac.org.br), e com base na grade de voluntariado 2012 disponibilizado pela Coordenação do Voluntariado em entrevista/visita à instituição no dia 10 de julho de 2014. As atividades envolvidas no estudo de caso são as atividades ordinárias da instituição e que estão mencionadas na grade de voluntariado e no balanço social de 2012 concomitantemente; dessa forma, não estão incluídas no estudo as atividades de captação de recursos, quimioterapia e artesanato, nem as atividades extraordinárias, como eventos esporádicos e mutirões de caráter emergencial. São considerados todos os dias do ano de 2012, exceto os feriados nacionais e os finais de semana. As atividades realizadas pelos voluntários conforme quadro de atividades estão listadas a seguir:

- *Brinquedoteca ambulatorial*: os voluntários realizam atividades de animação, auxílio nas brincadeiras e jogos, contagem de histórias, promoção de interação entre as crianças, atividades de pintura. Trata-se de um momento de descontração das crianças enquanto aguardam atendimento médico.
- *Refeitório*: os voluntários são responsáveis por montagem e distribuição dos lanches, distribuição do almoço, organização e limpeza da cozinha.
- *Brinquedoteca enfermária*: são realizadas as mesmas atividades da brinquedoteca ambulatorial, porém com as crianças que se encontram internadas no CEONHPE/Huoc, visto que estão em ambientes separados em fase de tratamento intensivo.

- *Bazar*: é realizado na casa de apoio que o GAC possui, onde o voluntariado ajuda na venda e arrumação do bazar, que contém roupas, sapatos, itens em geral usados que foram doados, e toda a renda se reverte ao projeto.

A construção da base de horas trabalhadas pelos voluntários foi sistematizada de acordo com a grade disponibilizada pelo GAC. A Tabela 1 mostra a quantidade de voluntários envolvidos em cada uma das atividades, bem como a quantidade de horas doadas por cada um deles, totalizando as horas diárias que o quadro realiza para cada uma das atividades.

TABELA 1 – HORAS DIÁRIAS

Atividades voluntárias	Horas	Qtd.	Total de horas
Segunda-feira			
Brinquedoteca ambulatorial	4	4	16
Refeitório	4	5	20
Brinquedoteca enfermaria	4	1	4
Terça-feira			
Brinquedoteca ambulatorial	4	5	20
Refeitório	4	4	16
Brinquedoteca enfermaria	4	2	8
Bazar	4	3	12
Quarta-feira			
Brinquedoteca ambulatorial	4	5	20
Refeitório	4	4	16
Brinquedoteca enfermaria	4	1	4

(continua)

TABELA 1 – HORAS DIÁRIAS (CONTINUAÇÃO)

Atividades voluntárias	Horas	Qtd.	Total de horas
Quinta-feira			
Brinquedoteca ambulatorial	4	4	16
Refeitório	4	5	20
Brinquedoteca enfermaria	4	1	4
Sexta-feira			
Brinquedoteca ambulatorial	4	2	8
Refeitório	4	4	16
Brinquedoteca enfermaria	4	1	4
Total de voluntários		51	204

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da entidade.

A Tabela 1 demonstrou que a instituição se beneficiou com uma base de 51 voluntários e que o conjunto das atividades que desempenharam totalizou 204 horas semanais. A mensuração a valor justo dos serviços prestados conforme dita a NBC TG 46 deve ser feita com base nas premissas que o mercado utilizaria para precificar tais serviços, conforme já discutido no item “Método de pesquisa/abordagem”. A base de mensuração utilizada para todos os serviços foi o custo histórico. A coleta dos dados financeiros (valor da hora) foi adquirida nos *sites* eletrônicos das categorias profissionais. A Tabela 2 mostra a tabulação do valor da hora.

TABELA 2 – VALOR DA HORA TRABALHADA

Cálculo da hora trabalhada	
Serviços equiparados no mercado de trabalho	Valor/hora
Recreação	11,48
Auxiliar de cozinha	2,69
Vendedor varejista	2,75

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos *sites* de entidades.

A seguir, descrevem-se os parâmetros utilizados para mensuração de cada atividade:

- *Recreação*: a base utilizada para tal atividade foi a da hora/aula de instrutores de recreação do Sesc Pernambuco do ano de 2013, uma vez que essa atividade não possui órgão regulador e o Conselho Regional de Educação Física do Estado de Pernambuco não dispõe de orientação salarial. O Sesc é órgão de referência em atividades e cursos proporcionados à população, inserido no Sistema “S” do governo federal.
- *Auxiliar de cozinha*: tendo em vista a escassez de informações e a falta de um órgão de representatividade dessa categoria, a pesquisa se baseou na Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (2015), que menciona o valor do serviço prestado por auxiliares de cozinha.
- *Comércio-vendedor*: para a coleta de dados dessa categoria, a pesquisa se baseou na Convenção Coletiva de Trabalho, de 2011/2012, entre o sindicato dos empregados no comércio do Recife e o Sindicato dos Lojistas de Bens e Serviços de Recife (Sindilojas).

A efetivação dos cálculos para efeito de mensuração foi realizada mediante a carga horária utilizada no mês e na hora trabalhada de cada serviço, conforme pesquisado nos parâmetros já mencionados.

Análise dos dados

De acordo com Barros e Lehfeld (2007, p. 10), os dados são examinados e transformam-se em elementos importantes para a comprovação ou não das hipóteses. Antes de passar à fase de interpretação, é necessário que o pesquisador examine os dados, isto é, ele deve submetê-los a uma análise crítica, observando falhas, distorções e possíveis erros. Os dados foram analisados por meio de *sites* de entidades e sindicatos das categorias e interpretados por meio de quadros e gráficos.

Voluntariado no GAC-PE

Cada entidade possui uma estratégia e organização diferente quanto aos seus voluntariados, podendo variar de acordo com o objeto da entidade, a disponibilidade de horários, o horário de atendimento e os serviços prestados à comunidade.

O GAC-PE possui um *Manual do voluntário* no qual dispõe sobre o histórico, a missão, a composição estatutária, a equipe executiva, a manutenção no GAC e o “regimento” do voluntário na instituição, contendo, em aspectos gerais, requisitos, atribuições, direitos e deveres, penalidades, proibições, normas e diretrizes do Hospital Oswaldo Cruz (local de atuação), bem como as diretrizes específicas para cada setor, proporcionando um ambiente seguro para que a promoção da atividade voluntária ocorra de forma eficiente, consistente e com comprometimento. São alguns dos temas gerais relacionados aos voluntários além dos direitos e deveres:

- *Área de atuação do voluntariado no GAC-PE*: brinquedoteca ambulatorial, refeitório, brinquedoteca enfermaria, bazar, sala de quimioterapia, captação de recursos, artesanato.
- *Condições/requisitos para ser voluntários GAC*: ser maior de 18 anos, ser legalmente capaz de praticar os atos e responder por eles; ter o ensino fundamental I completo (antiga quarta Série); não estar exercendo cargo político; ter disponibilidade de, no mínimo, quatro horas semanais consecutivas; identificar-se com a causa, a missão e os objetivos do GAC-PE (GRUPO DE AJUDA À CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER, 2014, p. 5).
- *Proibições ao voluntário*: são algumas das proibições exercer profissão da área da saúde como voluntário, comentar diagnósticos, envolver-se pessoalmente com pacientes, responder a perguntas de caráter profissional (saúde), circular pelo CEONHPE fora do horário de trabalho, trabalhar sem fardamento ou crachá, vender produtos, fazer fotografias e filmagens, entre outros (GRUPO DE AJUDA À CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER, 2014, p. 6-7).
- *Penalidades*: são feitas mediante documentação por escrito em caso de violação das regras apresentadas no manual, registrando-o na sua ficha, cabendo defesa do voluntário no prazo de três dias à diretoria do GAC a contar da ciência da penalidade (GRUPO DE AJUDA À CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER, 2014, p. 7-8).
- *Premiações*: a critério da diretoria (GRUPO DE AJUDA À CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER, 2014, p. 8).

Tais requisitos são de suma importância, pois referem-se ao perfil do voluntariado que a instituição deseja e o que ela espera em termos de retorno, disciplina, comprometimento e assistência social. Exercendo com ética e responsabilidade social o papel a que se propõe.

RESULTADOS DA PESQUISA

O problema-pesquisa é delimitado na seguinte questão:

- Mediante a mensuração do valor justo dos serviços prestados voluntariamente, qual seria o efeito monetário perante a entidade sem fins lucrativos se tais serviços não fossem voluntários, mas contratados?

Para a demonstração do efeito monetário, é necessário o levantamento de todos os custos com que a empresa arcaria sendo os voluntários na situação de profissionais contratados. A pesquisa traz a mensuração dos custos salariais e dos encargos trabalhistas – o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quanto aos aspectos trabalhistas, foi realizado o levantamento do FGTS, pois, mesmo sendo uma entidade sem fins lucrativos e tendo isenção de outros encargos como o INSS patronal continua com a obrigatoriedade do recolhimento.

Os resultados obtidos da pesquisa serão dispostos mês a mês no ano de 2012 quanto aos aspectos relacionados à mensuração dos serviços prestados por voluntários no GAC-PE no âmbito salarial e no entorno do encargo trabalhista do FGTS. As tabelas apresentadas a seguir evidenciam a mensuração a valor justo tomando como base a quantidade de horas trabalhadas no mês (tabelas 3.1 a 3.12) *versus* valor da hora trabalhada (ver Tabela 5). A carga horária mensal é o direcionador do custo para cada área de atuação, obtendo assim o custo mensal que a entidade teria com cada serviço prestado. Com relação aos resultados mensais do cálculo do FGTS (tabelas 4.1 a 4.12), este é baseado em 8% do salário bruto devido ao trabalhador. A seguir são apresentadas as tabelas demonstrativas.

- Janeiro

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial

TABELA 3.1 – MENSURAÇÃO DE JANEIRO DE 2012

Janeiro			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	356	R\$ 11,48	R\$ 4.086,88
Refeitório	388	R\$ 2,69	R\$ 1.044,37
Brinquedoteca enfermaria	108	R\$ 11,48	R\$ 1.239,84
Bazar	60	R\$ 2,75	R\$ 165,00
TOTAL			R\$ 6.536,09

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.1 – MENSURAÇÃO DO FTGS DE JANEIRO DE 2012

Janeiro		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 4.086,88	R\$ 326,95
Refeitório	R\$ 1.044,37	R\$ 83,55
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.239,84	R\$ 99,19
Bazar	R\$ 165,00	R\$ 13,20
TOTAL		R\$ 522,89

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Fevereiro

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

179

TABELA 3.2 – MENSURAÇÃO DE FEVEREIRO DE 2012

Fevereiro			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	320	R\$ 11,48	R\$ 3.673,60
Refeitório	352	R\$ 2,69	R\$ 947,47
Brinquedoteca enfermaria	92	R\$ 11,48	R\$ 1.056,16
Bazar	36	R\$ 2,75	R\$ 99,00
TOTAL			R\$ 5.776,23

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.2 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE FEVEREIRO DE 2012

Fevereiro		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 3.673,60	R\$ 293,89
Refeitório	R\$ 947,47	R\$ 75,80
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.056,16	R\$ 84,49
Bazar	R\$ 99,00	R\$ 7,92
		R\$ 462,10

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Março

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

TABELA 3.3 – MENSURAÇÃO DE MARÇO DE 2012

Março			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	344	R\$ 11,48	R\$ 3.949,12
Refeitório	388	R\$ 2,69	R\$ 1.044,37
Brinquedoteca enfermaria	104	R\$ 11,48	R\$ 1.193,92
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 6.319,41

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.3 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE MARÇO DE 2012

Março		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca Ambulatorial	R\$ 3.949,12	R\$ 315,93
Refeitório	R\$ 1.044,37	R\$ 83,55
Brinquedoteca Enfermaria	R\$ 1.193,92	R\$ 95,51
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 505,55

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Abril

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

181

TABELA 3.4 - MENSURAÇÃO DE ABRIL DE 2012

Abril			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	328	R\$ 11,48	R\$ 3.765,44
Refeitório	356	R\$ 2,69	R\$ 958,23
Brinquedoteca enfermaria	96	R\$ 11,48	R\$ 1.102,08
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 5.957,75

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.4 - MENSURAÇÃO DO FGTS DE ABRIL DE 2012

Abril		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 3.765,44	R\$ 301,24
Refeitório	R\$ 958,23	R\$ 76,66
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.102,08	R\$ 88,17
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 476,62

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Maio

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

TABELA 3.5 – MENSURAÇÃO DE MAIO DE 2012

Maio			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	356	R\$ 11,48	R\$ 4.086,88
Refeitório	388	R\$ 2,69	R\$ 1.044,37
Brinquedoteca enfermaria	104	R\$ 11,48	R\$ 1.193,92
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 6.457,17

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.5 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE MAIO DE 2012

Maio		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 4.086,88	R\$ 326,95
Refeitório	R\$ 1.044,37	R\$ 83,55
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.193,92	R\$ 95,51
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 516,57

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Junho

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

183

TABELA 3.6 – MENSURAÇÃO DE JUNHO DE 2012

Junho			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	312	R\$ 11,48	R\$ 3.581,76
Refeitório	348	R\$ 2,69	R\$ 936,70
Brinquedoteca enfermaria	96	R\$ 11,48	R\$ 1.102,08
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 5.752,54

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.6 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE JUNHO DE 2012

Junho		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 3.581,76	R\$ 286,54
Refeitório	R\$ 936,70	R\$ 74,94
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.102,08	R\$ 88,17
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 460,20

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Julho

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

TABELA 3.7 – MENSURAÇÃO DE JULHO DE 2012

Julho			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	356	R\$ 11,48	R\$ 4.086,88
Refeitório	388	R\$ 2,69	R\$ 1.044,37
Brinquedoteca enfermaria	108	R\$ 11,48	R\$ 1.239,84
Bazar	60	R\$ 2,75	R\$ 165,00
TOTAL			R\$ 6.536,09

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.7 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE JULHO DE 2012

Julho		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 4.086,88	R\$ 326,95
Refeitório	R\$ 1.044,37	R\$ 83,55
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.239,84	R\$ 99,19
Bazar	R\$ 165,00	R\$ 13,20
		R\$ 522,89

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Agosto
- a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

185

TABELA 3.8 – MENSURAÇÃO DE AGOSTO DE 2012

Agosto			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	364	R\$ 11,48	R\$ 4.178,72
Refeitório	404	R\$ 2,69	R\$ 1.087,43
Brinquedoteca enfermaria	108	R\$ 11,48	R\$ 1.239,84
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 6.637,99

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.8 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE AGOSTO DE 2012

Agosto		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 4.178,72	R\$ 334,30
Refeitório	R\$ 1.087,43	R\$ 86,99
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.239,84	R\$ 99,19
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 531,04

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Setembro

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

TABELA 3.9 – MENSURAÇÃO DE SETEMBRO DE 2012

Setembro			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	320	R\$ 11,48	R\$ 3.673,60
Refeitório	352	R\$ 2,69	R\$ 947,47
Brinquedoteca enfermaria	96	R\$ 11,48	R\$ 1.102,08
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 5.855,15

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.9 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE SETEMBRO DE 2012

Setembro		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 3.673,60	R\$ 293,89
Refeitório	R\$ 947,47	R\$ 75,80
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.102,08	R\$ 88,17
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 468,41

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Outubro

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

187

TABELA 3.10 – MENSURAÇÃO DE OUTUBRO DE 2012

Outubro			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	368	R\$ 11,48	R\$ 4.224,64
Refeitório	388	R\$ 2,69	R\$ 1.044,37
Brinquedoteca enfermaria	108	R\$ 11,48	R\$ 1.239,84
Bazar	60	R\$ 2,75	R\$ 165,00
TOTAL			R\$ 6.673,85

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.10 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE OUTUBRO DE 2012

Outubro		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 4.224,64	R\$ 337,97
Refeitório	R\$ 1.044,37	R\$ 83,55
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.239,84	R\$ 99,19
Bazar	R\$ 165,00	R\$ 13,20
		R\$ 533,91

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Novembro

a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

TABELA 3.11 – MENSURAÇÃO DE NOVEMBRO DE 2012

Novembro			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	320	R\$ 11,48	R\$ 3.673,60
Refeitório	352	R\$ 2,69	R\$ 947,47
Brinquedoteca enfermaria	96	R\$ 11,48	R\$ 1.102,08
Bazar	48	R\$ 2,75	R\$ 132,00
TOTAL			R\$ 5.855,15

Fonte: Elaborada pelas autoras.

b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.11 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE NOVEMBRO DE 2012

Novembro		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 3.673,60	R\$ 293,89
Refeitório	R\$ 947,47	R\$ 75,80
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.102,08	R\$ 88,17
Bazar	R\$ 132,00	R\$ 10,56
		R\$ 468,41

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- Dezembro
- a) Mensuração das atividades – âmbito salarial e INSS do empregado

189

TABELA 3.12 – MENSURAÇÃO DE DEZEMBRO DE 2012

Dezembro			
Serviço	CH	Valor hora	Total
Brinquedoteca ambulatorial	316	R\$ 11,48	R\$ 3.627,68
Refeitório	356	R\$ 2,69	R\$ 958,23
Brinquedoteca enfermaria	92	R\$ 11,48	R\$ 1.056,16
Bazar	36	R\$ 2,75	R\$ 99,00
TOTAL			R\$ 5.741,07

Fonte: Elaborada pelas autoras.

- b) Obrigações trabalhistas

TABELA 4.12 – MENSURAÇÃO DO FGTS DE DEZEMBRO DE 2012

Dezembro		
Área de atuação	Folha de pagamento	FGTS
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 3.627,68	R\$ 290,21
Refeitório	R\$ 958,23	R\$ 76,66
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 1.056,16	R\$ 84,49
Bazar	R\$ 99,00	R\$ 7,92
		R\$ 459,29

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Após a demonstração dos custos mensais salariais e trabalhistas, a Tabela 5 faz o levantamento do quanto o ano de 2012 totalizou em termos monetários para as atividades realizadas por voluntários, realizando o somatório dos meses de janeiro a dezembro de 2012.

TABELA 5 – MENSURAÇÃO ANUAL DO SALÁRIO DE 2012

Salário anual	
Área de atuação	Mensuração anual
Brinquedoteca ambulatorial	R\$ 46.608,80
Refeitório	R\$ 12.004,83
Brinquedoteca enfermaria	R\$ 13.867,84
Bazar	R\$ 1.617,00
TOTAL	R\$ 74.098,47

Fonte: Elaborada pelas autoras.

TABELA 6 – MENSURAÇÃO ANUAL DO FGTS DE 2012

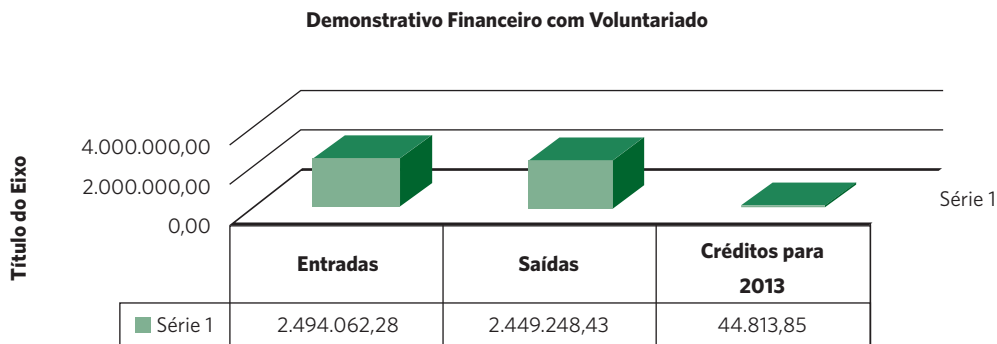
FGTS anual	
TOTAL	R\$ 5.927,88

Fonte: Elaborada pelas autoras.

O estudo atual com o GAC-PE, tendo como base o ano de 2012, evidenciou que o valor da mensuração salarial anual é bastante expressivo no que tange ao valor total, comparado ao da margem que a entidade possui para o início do exercício seguinte – 2013. Essa margem, denominada no demonstrativo financeiro do balanço social de créditos para 2013, é a diferença entre as entradas e saídas da entidade no ano vigente. O valor dos créditos para o exercício de 2013 foi de R\$ 44.813,85 e a mensuração salarial anual foi de R\$ 74.098,47 (ver Tabela 5).

Esse fato é de suma relevância, pois provocaria um déficit na entidade caso os serviços voluntários não fossem prestados. Além da mensuração salarial anual, temos os encargos trabalhistas no que tange ao FGTS, aumentando ainda mais o valor que seria desembolsado, comprometendo a saúde financeira da entidade e a realização das atividades. O valor total do FGTS foi de R\$ 5.927,88 (ver Tabela 6). Apesar de não buscarmos a obtenção de lucro, as entidades sem fins lucrativos necessitam de uma situação equilibrada ou positiva (superávit) para a manutenção de suas atividades e o cumprimento da missão, conforme já mencionado anteriormente. Para efeitos de análise e melhor visualização dos resultados, foram elaborados alguns gráficos.

GRÁFICO 1 – SUPERÁVIT – 2012



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esse gráfico representa a situação descrita pela entidade na publicação do balanço social de 2012, em que se utilizaram as atividades voluntárias e obteve-se um saída de recursos menor que as entradas, originando um superávit para o exercício social seguinte. Apesar de a publicação não discriminar qualitativamente as entradas e saídas, podemos aplicar o conceito de fluxo de caixa para tais nomenclaturas, em que as entradas são todos os recursos que originaram a realização das atividades, e as saídas, os dispêndios necessários para que os serviços fossem executados. Tal superávit é de fundamental importância, uma vez que com esse recurso são iniciados os investimentos e a realização das atividades da entidade no próximo exercício social.

GRÁFICO 2 – MENSURAÇÃO ANUAL

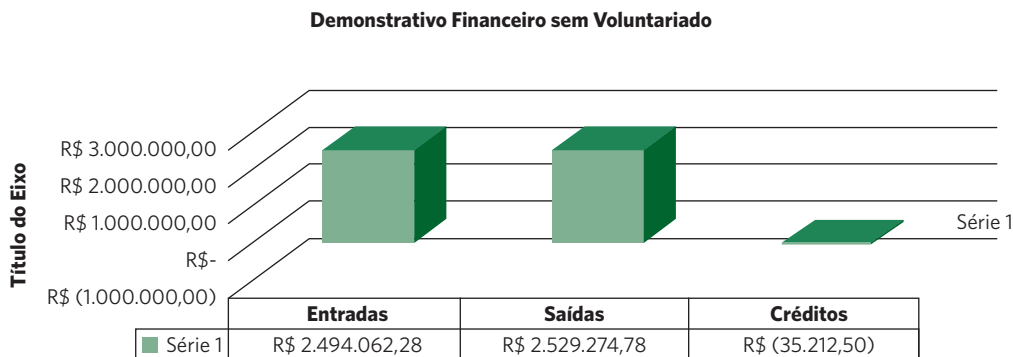


192

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esse gráfico apresenta os valores anuais que foram mensurados das atividades que os voluntários desempenham, evidenciando quantitativamente a representatividade de cada uma dessas áreas de atuação. A brinquedoteca ambulatorial foi a atividade com maior representatividade entre os voluntários, tendo 62,90% do total da mensuração concentrado nela. O bazar foi a menor representatividade, tendo em vista a frequência reduzida de tal atividade, uma vez que só é executada às terças-feiras.

GRÁFICO 3 – DÉFICIT SEM VOLUNTÁRIOS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Segue-se a composição dos dados do gráfico:

- São representados pelas entradas os mesmos valores expressos no balanço social da entidade.
- As saídas são representadas pelos valores descritos no balanço social mais o incremento da mensuração anual salarial e a mensuração

anual do FGTS, trazendo o efeito que teriam nas saídas pela ausência do voluntariado.

- Os créditos de 2013 são o resultado da diferença entre entradas e saídas.

O Gráfico 3 trata de responder ao objetivo da pesquisa e evidencia o impacto que a entidade teria caso os serviços prestados pelos voluntários fossem pagos, remunerados aos profissionais que realizam as mesmas atividades no mercado de trabalho. Demonstra o gráfico que a entidade teria um déficit caso isso ocorresse, comprometendo por completo o exercício seguinte e as obrigações presentes do exercício. Isso demonstra a capacidade e representatividade do voluntariado de contribuir para a entidade, sendo uma das bases fundamentais à manutenção e sustentação do GAC-PE.

Os gestores das entidades também usam as informações fornecidas pelas demonstrações contábeis. A falta de mensuração do trabalho voluntário fará com quem a tomada de decisões se torne vulnerável a erros e o conhecimento da relevância do voluntariado se torne nulo ou quase nulo.

Orienta a ITG 2002 para as possíveis contingências no item 15, da referida norma, que

[...] a entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

Sendo assim de fundamental importância o conhecimento dos valores dos serviços prestado pelos voluntários. Outro ponto relevante que diz respeito à mensuração que é a capacidade de evidenciar a contribuição econômica e a produção de riqueza que os voluntários trazem para a entidade, o que facilita o relacionamento entre os respectivos e a entidade, adotando políticas de incentivo, compromisso e procedimentos para a captação de novos voluntários.

Quanto à obrigatoriedade do reconhecimento contábil de tais atividades, a ITG 2002 determina que seja realizada mensalmente respeitando o

regime de competência de forma a evidenciar a receita obtida a título de gratuidade com voluntariado e concomitantemente a despesa para que o efeito financeiro seja anulado devido à renúncia. Essa obrigatoriedade é em virtude da necessidade de a entidade expressar por meio de informações contábeis a realidade, a fidedignidade de suas operações.

Dessa forma, a evidenciação contábil deve ser o somatório do valor salarial e do FGTS, como mostra a Tabela 7.

TABELA 7 – A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DEVE SER O SOMATÓRIO DO VALOR SALARIAL E DO FGTS

▪ Janeiro/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 7.058,97
▪ Fevereiro/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.238,32
▪ Março/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.824,96
▪ Abril/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.434,37
▪ Maio/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.973,74
▪ Junho/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.212,74

(continua)

TABELA 7 – A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DEVE SER O SOMATÓRIO DO VALOR SALARIAL E DO FGTS (CONTINUAÇÃO)

▪ Julho/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 7.058,97
▪ Agosto/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 7.169,03
▪ Setembro/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.323,56
▪ Outubro/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 7.207,75
▪ Novembro/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.232,56
▪ Dezembro/2012	
D – Despesa com voluntariado (renúncia financeira)	
C – Receita com voluntariado	R\$ 6.200,36

195

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados coletados.

Ao final, na publicação da demonstração contábil do exercício, o valor anual dos serviços é que deve ser evidenciado. Com o cenário apresentado, segue o novo demonstrativo financeiro de 2012 com a inexistência do trabalho voluntário conforme publica a entidade:

Entradas	R\$	2.494.062,28
Saídas	R\$	2.529.274,78
Débitos para 2013	R\$	35.212,50

CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA-SOCIAL

O estudo realizado promoveu a visualização prática da atuação do voluntário no GAC-PE e a representatividade das atividades por estes prestadas mediante a mensuração, a precificação de tais serviços. Tratou que os valores das horas trabalhadas poderão ser coletados por meio de órgão de

classe, dos sindicatos com as convenções e acordos coletivos, ou no mercado de atuação quando não houver parâmetro ou base regulatória. Com base na mensuração mensal, o levantamento de um novo cenário quanto ao demonstrativo financeiro leva em consideração o valor que seria despendido caso houvesse o pagamento ao profissional, demonstrando o déficit que a entidade teria. Esse cenário retrata o grande impacto financeiro que o voluntário permite ao GAC-PE, levando-o de uma posição de superávit e de fundo para o exercício social seguinte, para uma posição de desequilíbrio financeiro.

Dessa forma, o estudo demonstra ao gestor das organizações sem fins lucrativos a importância do serviço prestado pelo voluntário, auxiliando a visão estratégica de fomentar políticas de fidelização, e também medidas/ programas para a captação de novas pessoas que desejam doar habilidade, conhecimento, tempo e solidariedade em prol de uma causa social. Os resultados não podem ser vistos apenas na redução de custos, mas também na maximização da atuação mediante a comunidade, na qual se propõe modificar situações não desejadas.

Measurement in fair value of volunteer activities pursuant to ITG 2002 and NBC TG 46

197

ABSTRACT

The present study aims to investigate the following problem-topic: what is the effect on financial terms that the entity would have if such services provided by the entity volunteers were disbursed for professionals in the labor market on equal terms. A case study of using deductive scientific method through a literature search on the third sector, voluntary work and fair value measurement is set up. To achieve the objective of fair value measurement of the services provided voluntarily in the entity-GAC Group Helps Needy Children with Cancer Pernambuco under the guidelines of ITG 2002 and NBC TG 46 is required. The research result shows that upon the applicability of the fair value for each hour worked if the entity did not have the volunteers, this would have a financial shortfall for the year showing a negative and significant impact on the outcome of the institution effect. This effect brings the importance of volunteering to the institution as well as the relevance of measuring considering the broad vision that provides strategy and assisting in the decision-making authority.

KEYWORDS

A non profit purpose. General Technical Interpretation (ITG) 2002. Fair value measurement. Volunteer. Stakeholders.

REFERÊNCIAS

AÇÃO VOLUNTÁRIA. Disponível em: <<http://www.acaovoluntaria.org.br/vipexxonmobil/voluntario-historico.php>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A.S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Decreto-lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 mar. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Resolução CFC n. 1.409/2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set. 2012. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1409-2012.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Lei n. 9.608/1998. Dispõe sobre o serviço voluntário. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade. Resolução n. 1.374/2011 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 8 dez. 2011. Ata n. 959.

BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade. Resolução n. 1.328/2013 – Mensuração do Valor Justo. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 25 jan. 2013. Ata n. 973.

COLIN, D. R. A. *Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/17500/Texto%20final%20tese%20corrigido.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

CONSELHO BRASILEIRO DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL – CBVE. Perfil do Voluntariado Empresarial no Brasil. CBVE, 2012. Disponível em: <<http://www.rivoluntario.org.br/rio/wp-content/uploads/2012/12/Pesquisa-Perfil-do-Voluntariado-Empresarial-no-Brasil-III-2012.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012. 2011. Disponível em <<http://www.sindilojasrecife.com.br/imp/imprensa021/>>. Acessado em: 9 jul. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.428/2013. Mensuração do valor justo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1428-2013.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CORULLÓN, M. B. G.; MEDEIROS FILHO, B. *Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

COSTA, A. C.; SILVA M. E.; GOMEZ, C. R. Pasa. A influência dos *stakeholders* no processo decisório: um estudo em uma organização do terceiro setor. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 8., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FGV-SP, 2010. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/e2010_t00475_pcn47096.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF (2014). Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. *Terceiro setor: fundações e entidades de interesse social*. Vitória: CEAF, 2004. Disponível em: <<http://www.mpes.mp.br/anexos/conteudo/207715537592006.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO. Piso salarial. Disponível em: <<http://fbha.com.br/assessoria-juridica/legislacao/piso-salarial-31#pe>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

GARAY, Â. B. B. S. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações? *Revista de Administração*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 6-14, jul./set. 2001.

GRAJEW, O. Responsabilidade social. *Jornal Valor Econômico*. São Paulo, p. B2, jun. 2000. Disponível em: <http://www.valor.com.br/search/apache-solr_search/%22Instituto%20Ethos%22?page=27&solrsort=created%20desc>. Acesso em: 12 fev. 2016.

GOLDBERG, R. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

GOLDBERG, R. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos: Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, 2001. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/cedoc/como-as-empresas-podem-implementar-programas-de-voluntariado-abril2001/#.WZ8G7LbasdU>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

- GRUPO DE AJUDA À CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER. *Manual do voluntário*. Disponível em: <<http://www.gac.org.br/>>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- HUDSON, M. *Administrando organizações do terceiro setor*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- INSTITUTO ETHOS. Valores, transparência e governança. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, S. P. Serviço voluntário. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Porto Alegre, v. 69, n. 2, p. 109-119, jul./dez. 2003.
- OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/52/17. 2001. Disponível em: <http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=188&m=PDF> e <<http://www.pnud.org.br/UNV.aspx?indice=3>>. Acesso em: 3 jun. 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- SESC PERNAMBUCO. Estrutura remuneratória. 3 jan. 2013. Disponível em: <http://www.sesc-pe.com.br/materias_ler.asp?id=3317>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- SOUZA, F. J. V. et al. Prestação de contas no terceiro setor: uma análise das entidades possuidoras do título de utilidade pública federal no estado do Rio Grande do Norte. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 105-116, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/26037/pdf_1>. Acesso em: 9 mar. 2015.